

CLIPPING IMPRESSO

15/07/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. INSTITUCIONAL.....	2 - 6

ESTADO MAIOR

Decisão

O desembargador Jorge Rachid determinou que a Prefeitura de Paço do Lumiar homologue o concurso público realizado pelo município deste ano.

Na decisão, o magistrado entende que há uma demonstração por parte do prefeito do município, Domingos Dutra (PCdoB) de não homologar o certame.

Isto porque uma lei municipal foi criada para a contratação temporária de servidores.

Câmara Federal

Pautas de interesse dos maranhenses ficarão para agosto

POLÍTICA 3

Pautas maranhenses na Câmara dos Deputados ficam para mês de agosto

Denúncia de espionagem da SSP, Porto do Itaqui e também o AST de Alcântara voltarão a ser pauta em Brasília somente após o recesso do meio do ano

CARLA LIMA
Editora de Política

Iniciadas no primeiro semestre, pautas no Congresso Nacional relacionadas com o Maranhão somente serão retomadas após o fim do recesso de julho. Ficarão para agosto a vinda de membros da Comissão de Segurança da Câmara ao estado para ouvir depoimento de delegados sobre a denúncia de espionagem a desembargadores e políticos, a votação do parecer na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) e também os desdobramentos sobre a vistoria da Comissão de Finanças da Casa ao Porto do Itaqui.

Como os últimos dias na Câmara dos Deputados foram voltados exclusivamente para debater a reforma da Previdência, assuntos relacionados ao Maranhão que estavam em pauta, em Brasília, tiveram que ser adiados para depois do recesso do meio do ano.

O exemplo é o AST, que já tem parecer favorável do relator da proposta na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas acabou ficando com esta votação adiada devido a oposição ao governo Jair Bolsonaro que exigiu audiência pública com as comunidades quilombolas em Alcântara.

PFC foi instaurado na Comissão de Fiscalização

Com isto, uma subcomissão foi criada para debater os impactos que o acordo poderá causar às comunidades quilombolas. O presidente desta subcomissão é o deputado maranhense Márcio Jerry (PCdoB).

“Vamos intensificar os debates na Câmara e na sociedade sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas. A Comissão de Ciências e Tecnologias é o próximo destino da proposta que está hoje na Comissão de Relações Exteriores e queremos que a próxima comissão possa apresentar um bom relatório com bastante conteúdo para que o AST possa ser aprovado para que o Bra-

sil possa ganhar e ganhando também o Maranhão e as comunidades quilombolas de Alcântara, legítimas donas deste território e, por isso, mesmo precisam ter seus direitos assegurando incluindo resolver os passivos que já perduram por mais de três décadas”, afirmou Jerry.

Porto

Também fica a expectativa para o próximo mês a investigação por parte da Câmara dos Deputados no caso dos saques realizados pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) para repassar ao governo do Maranhão. No total, foram retirados R\$ 140 milhões do Porto do Itaqui e repassados à gestão estadual.

O Procedimento de Fiscalização e Controle (PFC) foi instaurado na Comissão de Fiscalização e Controle da Casa a pedido do deputado federal do Maranhão Edilázio Júnior. O relator já foi escolhido: Marcel Van Hattem (Novo-RS).

Segundo Edilázio, o PFC tem efeitos práticos, como uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), e foi proposto por ele porque faltou transparência do presidente da Emap, Ted Lago, durante a vistoria que os deputados fizeram ao Porto do Itaqui no último dia 4 de julho.

“Nada foi esclarecido para a comissão durante vistoria no Porto do Itaqui. E, apesar de não ter repas-

sado os dados, o presidente da Emap [Ted Lago] admitiu a retirada dos R\$ 140 milhões dos lucros oriundos da empresa, pelo Governo do Maranhão. O Procedimento de Fiscalização e Controle já foi aberto na Câmara Federal, e agora a Emap terá de encaminhar todos os documentos necessários para a apuração dos fatos”, explicou.

Espionagem

Também fica para agosto a continuidade dos depoimentos de delegados dados à Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado. Antes do recesso e da votação da reforma da Previdência, os deputados que compõem a comissão ouviram, em audiência pública, o ex-delegado Thiago Bardal e o delegado Ney Anderson Gaspar sobre a denúncia de que o secretário Estadual de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, usou o Sistema Guardiã para interceptações ilícitas de desembargadores e políticos adversários do Palácio dos Leões.

Após os depoimentos, o presidente da audiência e autor do requerimento que levou Bardal e Ney Anderson para depor na Câmara, deputado Aluisio Mendes (Pode) anunciou que a Comissão de Segurança da Casa virá ao Maranhão para colher novos depoimentos de outros delegados.

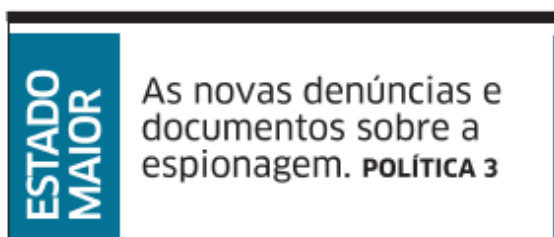
A O Estado, Mendes confirmou que a continuidade do trabalho ficará para o próximo semestre, mas que mesmo com as atividades suspensas, a Comissão de Segurança Pública vem recebendo novas denúncias contra Jefferson Portela.

“A comissão vai entrar em recesso, mas mesmo assim, estamos recebendo mais denúncias e documentos que fortalecem o que denunciaram os delegados”, disse Aluisio Mendes. ●

Divulgação



Ex-delegado Thiago Bardal e o delegado Ney Anderson Gaspar foram ouvidos na Câmara, antes do recesso



ESTADO MAIOR

Espionagem

O deputado federal Aluisio Mendes (Pode) confirmou à coluna que ele vem recebendo novas denúncias e documentos que ajudam na apuração da denúncia feita pelo ex-delegado Thiago Bardal e delegado Ney Anderson Gaspar, que apontam que o secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, determinou interceptações telefônicas ilegais contra quatro desembargadores e seus familiares e contra políticos adversários do governo estadual.

O que Mendes vem recebendo de informações será reforçado também por depoimento de outros delegados que serão ouvidos pela Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados durante a vinda

dos parlamentares ao Maranhão, que deverá acontecer logo após a volta do recesso.

Além disso, o caso também já chegou ao Senado e uma nova rodada de depoimento de Bardal e Ney Anderson deverá acontecer em Brasília. O pedido para ouvir o ex-delegado e o delegado foi feito

pelo senador Roberto Rocha (PSDB), apontado como uma das vítimas da “arapongagem” no Sistema Guardião.

E enquanto o assunto vai tomando forma no Congresso, no Maranhão o secretário Jefferson Portela desistiu de se defender atacando os que fazem a denúncia contra ele. Portela tem preferido – provavelmente orientado para isso – ficar em silêncio. Nem sobre o seu depoimento na Câmara, o gestor tem falado mais. Na verdade, não está claro se ele ainda irá à Comissão de Segurança da Câmara.

Caso de espionagem voltará à Câmara após o recesso; denúncias vão chegar ao Senado

Silêncio

O governador Flávio Dino (PCdoB) também tem mantido silêncio sobre as denúncias, atendo-se apenas a destacar o trabalho de Jefferson Portela.

Dino não mostra inclinação para fazer o que foi sugerido na Comissão de Segurança: afastar Portela do cargo e determinar uma auditoria no Sistema Guardião.

Essa sugestão foi dada pelos deputados Aluisio Mendes e Edilázio Júnior (PSD) para assim encerrar a questão em torno das denúncias contra auxiliar de primeiro escalão de Dino.